

REFORMA

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

142

ABRIL 2013



FILIADO À **COINSEF**

REFORMA DA PREVIDÊNCIA
COMPRADA

TEM QUE SER ANULADA!



**TODOS À MARCHA EM BRASÍLIA
NO DIA 24 DE ABRIL!**

Págs. 04-05

EDITORIAL

Flexibilizar a CLT e
manter o imposto
sindical?
Como assim?!

Pág. 02

CONJUNTURA

Construir a mais ampla
unidade / Encontro
Internacional

Pág. 03

GIRO NOS ÓRGÃOS

IBAMA, SPU,
FUNDACENTRO, MTE,
DNPM e Eleição da
ASSIPEN

Págs. 06-07

ATIVIDADE

Diretoria toma
posse e reafirma
luta em defesa de
direitos

Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br



Flexibilizar a CLT e manter o imposto sindical? Como assim?!

Após audiência pública realizada em 5 de fevereiro, as centrais sindicais governistas conseguiram a suspensão por 30 dias da normativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que cancelou a cobrança do imposto sindical dos servidores públicos. Elas argumentaram que a cobrança foi cancelada pelo MTE de forma unilateral, sem consulta aos trabalhadores. Isso é verdade. Mas por que essas centrais demonstram tanto esforço para derrubar uma normativa em prejuízo dos trabalhadores e nenhum empenho em revogar a Reforma da Previdência comprada com dinheiro do mensalão?

Pior ainda: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, propõe a flexibilização da CLT por meio do seu projeto de Acordo Coletivo Especial, sob a alegação de que a legislação trabalhista atual é fruto da ditadura varguista e coloca os trabalhadores sob a tutela do Estado. Isso é verdade. Mas por que, então, esses sindicatos não abrem mão do imposto sindical, também fruto do varguismo? Ao contrário, no governo Lula conseguiram o repasse do imposto inclusive para as centrais sindicais, sendo a maior fatia do bolo destinada à própria CUT. E agora querem o dinheiro do servidor público?

Se é para questionar nossa estrutura sindical varguista, então vamos fazê-lo no que diz respeito verdadeiramente àquilo que atrela os sindicatos ao Estado. Não é isso o que a CUT vem fazendo. Apesar do discurso contrário ao imposto, muitos sindicatos cutistas sentem-se confortáveis com o dinheiro fácil que entra todo ano em seus caixas, sem que eles precisem fazer qualquer esforço. E quando resolvem atacar a

CLT, miram os poucos direitos assegurados aos trabalhadores atualmente. Alguém tem dúvida de que, se o “acordado prevalecer sobre o legislado”, como propõe o ACE, os patrões não vão pressionar por acordos piores do que o garantido na legislação?

Felizmente, nem todos os sindicatos filiados à CUT têm adotado essa posição. Vários deles estão convocando suas bases para a grande Marcha a Brasília do dia 24 de abril, para reivindicar a revogação da Reforma da Previdência e para denunciar o ACE. Estarão, assim, ombro a ombro com os sindicatos filiados à CSP-Conlutas em uma unidade de ação em defesa do direito dos trabalhadores. A corrente majoritária da CUT divulgou nota contra a Marcha do dia 24, mas não teve pudor em realizar um ato em março juntamente com as pelegas Força Sindical, UGT e CGTB, centrais que defendem abertamente a cobrança do imposto sindical.

Está cada vez mais clara a diferença entre os sindicatos realmente representativos dos trabalhadores e as burocracias que se prestam ao papel de correia de transmissão do governo. Nós, do Sindsef-SP e da CSP-Conlutas, somos contrários ao imposto sindical, seja no setor público, seja na iniciativa privada. Os sindicatos devem ser financiados única e exclusivamente pela contribuição de seus associados. E esta contribuição deve ser voluntária, ou seja, o trabalhador é livre para decidir se quer ou não se sindicalizar. Não é possível ser independente quando se sobrevive das benesses do governo. Por isso, a orientação da CSP-Conlutas aos sindicatos da sua base é para que, caso ocorra o desconto do imposto, o valor seja devolvido aos trabalhadores. Esse é o compromisso do Sindsef-SP.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - FEVEREIRO 2013

SALDO INICIAL	R\$ 92.634,67
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 188.851,40
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 18.289,00
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 53.506,72
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 29.563,19
CONTRATOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 33.469,13
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 5.260,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 2.520,06
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 22.052,34
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.126,05
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.192,87
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 168.979,36
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 19.872,04
SALDO FINAL	R\$ 112.506,71

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

NOTA DE PESAR

No mês de março foram informados três falecimentos na base do Sindsef-SP. Darci Sanches Antero (MTE), Damares Pires de Mendonça e Pedro Vicente de Oliveira (ambos do IPEN) foram lembrados com uma salva de palmas durante a cerimônia de posse da diretoria.

Darci? Presente!
Damares? Presente!
Pedro? Presente!

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



Construir a mais ampla unidade contra os ataques do governo

O governo federal anunciou que vai isentar os impostos da folha de salário de todos os setores da economia, deixando de arrecadar recursos que poderiam ser utilizados em investimentos no serviço público, na valorização dos servidores, na reforma agrária, na construção de moradias populares, na educação e na saúde. Tudo isto para aumentar o lucro do setor privado, sem exigir, porém, nenhuma medida de manutenção dos empregos.

As grandes empresas tiveram lucros altíssimos nos governos do PT e, agora que existe uma desaceleração da economia, as iniciativas de Dilma tentam assegurar que estes não caiam. Porém, para adotar estas medidas é preciso realocar recursos, por isso o

governo tem feito tantos ataques à aposentadoria e aos direitos trabalhistas, infelizmente contando com o apoio das centrais sindicais governistas.

Essa é a explicação para a “Nota de Esclarecimento” divulgada pela direção nacional da CUT, contra a marcha do dia 24 de Abril. Preocupada com a extensão política e a abrangência de entidades que se envolveram na construção da marcha a Brasília, a direção da CUT ataca a CSP-CONLUTAS e as organizações envolvidas nesta atividade para defender os mensaleiros da reforma da previdência-2003 e a política econômica de Dilma, numa demonstração de sua total subserviência ao governo.

A unidade da CSP-Conlutas com as entidades do funcionalismo (Con-

dsef, Andes-SN, Sinasefe, Fenasp, Fasubra, Asfoc-SN, dentre outras), dos trabalhadores do campo (MST e Feraesp), sindicatos de professores (CPERS, Sepe), correntes da CUT como a CUT Pode Mais, do movimento dos aposentados (Cobap), do movimento estudantil, como a ANEL, e outros setores, indica a possibilidade de uma forte mobilização nessa data, construindo assim um polo de resistência no país.

Não é verdade que todos estão de acordo com os atuais rumos da política econômica nesse país. Setores importantes da base e das direções intermediárias da CUT estão aderindo à preparação da Marcha, o que está deixando sua direção nacional muito preocupada.

Em resposta ao ataque, os companheiros da CUT Pode Mais lançaram uma nota pública onde declaram: “Lamentamos que a corrente majoritária da CUT não compreenda a conjuntura que vive a classe trabalhadora, e insista em defender o ACE e se colocar contra a luta pela Anulação da Reforma da Previdência. Fazemos um apelo a todos os companheiros (as) da CUT que se juntem à mobilização em Brasília, para que possamos mostrar a unidade e a força dos trabalhadores e trabalhadoras”.

O Sindsef-SP está junto daqueles que estão fazendo todos os esforços na construção da marcha a Brasília no dia 24 de abril. Chega de dar dinheiro para os patrões! É necessária uma política econômica a serviço dos trabalhadores!

ENCONTRO INTERNACIONAL DO SINDICALISMO ALTERNATIVO E DE LUTA

Nos dias 22, 23 e 24 de março, aconteceu em Paris o Encontro Internacional Sindical, convocado por centrais como a CSP-Conlutas (Brasil) e o Solidaires (França). Realizado no continente que é o centro da crise e da resistência dos trabalhadores contra os seus efeitos, a atividade reuniu cerca de 200 delegados provenientes de 40 países, representando dezenas de organizações sindicais dos estados europeus, da América, África, Oriente Médio e Ásia.

Os participantes debateram a crise do sistema capitalista, as respostas dos trabalhadores e como construir um sindicalismo alternativo e de base, a relação dos movimentos sociais e o sindicalismo de luta, abarcando desde o tema da precarização do trabalho, até a opressão das mulheres, imigrantes entre outros, além das propostas

de campanhas e iniciativas comuns.

Foram aprovadas duas resoluções principais: uma declaração que expressa os princípios gerais e o tipo de sindicalismo que as entidades presentes defendem (de luta, democrático, internacionalista e independente dos governos e patrões) e que constituem a partir de agora a REDE SINDICAL INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE E LUTAS; um manifesto a ser trabalhado pelas organizações no 1º de maio, que aponta um programa de enfrentamento aos efeitos da crise econômica e uma alternativa dos trabalhadores, suspensão do pagamento das dívidas externas, defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, emprego e demais direitos sociais, estatização dos sistemas financeiros, internacionalização das lutas e rechaço a todos os



Espanhóis vão às ruas contra os planos de austeridade.

governos que aplicam os planos de austeridade e ataques aos trabalhadores e povos do mundo, o direito à autodeterminação dos povos, com destaque para a luta palestina e o rechaço a toda forma de opressão e preconceito, os direitos da juventude entre outras bandeiras.

O Encontro significou ainda um passo adiante na organização de lutas comuns, definindo quatro campanhas com as centrais no próximo

período: lutas sindicais comuns contra a crise e suas consequências (demissões, precarização, ataques aos serviços públicos etc.); defesa dos direitos sindicais e de organização, a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e a repressão antissindical; desenvolver uma ação de solidariedade internacional ao povo palestino; luta pela igualdade de direitos, que terá como centro a luta contra a opressão das mulheres.



Rumo à marcha em Brasília, para fortalecer a

CHEGA DE ATAQUES AOS NOSSOS DIREITOS!

CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL

- Contra o ACE (Acordo Coletivo Especial) e a precarização do trabalho!
- Defesa da aposentadoria! Não ao fator previdenciário e à fórmula 85/95! Anulação da reforma da previdência de 2003!
- Apoio à luta dos trabalhadores do campo contra o agronegócio! Reforma agrária já! Respeito aos direitos dos assalariados rurais!
- Aumento geral dos salários!
- Defesa dos servidores públicos! Direito de negociação e contratação coletiva! Pleno direito de greve para os servidores!
- Defesa da educação pública! Todo apoio à luta dos trabalhadores em educação e estudantes! 10% do PIB na educação pública, já!
- Pagamento imediato do piso nacional dos professores!
- Defesa da saúde pública! Revogação da lei que criou a EBSERH!
- Direito à moradia digna para todos! Chega de violência contra negros e pobres!
- Respeito aos povos indígenas e quilombolas! Demarcação imediata de suas terras!
- Defesa do emprego! Convenção 158 da OIT! Redução da jornada sem redução salarial!
- Contra as privatizações das estradas e aeroportos! Petrobras 100% estatal! Contra os leilões das reservas de petróleo!
- Suspensão do pagamento da dívida externa e interna! Mais verbas para saúde, educação, moradia e reforma agrária!
- Contra a criminalização da luta e dos movimentos sociais!
- Contra toda forma de opressão e discriminação!

TODOS A BRASÍLIA

Dia 24 de abril de 2013



O Sindsef-SP está se empenhando em construir a marcha em Brasília no dia 24 de abril, organizada pela CSP-Conlutas juntamente com outras entidades. A manifestação reflete a unidade de todos os setores da classe trabalhadora que querem lutar em defesa de suas reivindicações e contra os ataques do governo Dilma.

A pauta da marcha foi construída consensualmente por dezenas de entidades representativas nacionais, como a nossa Central e a Condsef. Recentemente, a atividade teve adesão dos trabalhadores rurais sem terra do Pontal do Paranapanema e dos assalariados do campo organizados pela FERAESP e do MST em São Paulo, além de setores de outros estados.

A luta contra o Acordo Coletivo Especial (ACE), pela anulação da reforma da previdência e contra a Fórmula 85/95 está entre os pontos que mais diferenciam esta marcha da última realizada no dia 06 de março pela CUT com a CGTB, Força Sindical, NCST e a UGT, que preferem fazer acordos com o governo sobre tais temas.

Também faz parte da plataforma unificada a defesa do fim do Fator Previdenciário, a adoção imediata da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a suspensão do pagamento da dívida interna e externa aos grandes especuladores e a denúncia do assédio moral e perseguição de dirigentes sindicais, além de diversas bandeiras classistas, como a defesa do meio ambiente, da educação e da saúde públicas, a reforma agrária, o direito à moradia, o respeito aos povos indígenas e quilombolas e contra toda forma de discriminação.

Ao mesmo tempo em que constrói a manifestação, o Fórum Nacional de Entidades do

funcionalismo prepara uma denúncia que deve ser entregue à OIT a respeito do aumento de demissões arbitrárias e de casos graves de assédio moral praticados pelos gestores de Dilma Rousseff.

Para Paulo Barela, da Direção Nacional da CSP-CONLUTAS, a marcha é a consolidação de um processo que vem se construindo desde o ano de 2010 e unifica todos os setores que estão dispostos a lutar contra os projetos do governo Dilma e da burguesia.

“Mas não pararemos por aqui, a marcha do dia 24 de abril é apenas mais um passo na luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos históricos e já no dia seguinte, 25 de abril, a CSP-CONLUTAS vai reunir sua Coordenação Nacional para discutir os próximos passos dessa luta. E o primeiro deles é fortalecer a Campanha Salarial 2013 dos servidores públicos federais”, afirmou Barela.



Paulo Barela, Secretária Executiva Nacional da CSP-Conlutas

Campanhas

No campo do funcionalismo público, a anulação da reforma da previdência é uma das principais campanhas, porque esta medida, aprovada através da compra de votos dos parlamentares pelo governo Lula, surrupiou direitos dos mais de 11 milhões de servidores públicos nas três esferas.

Como parte da Campanha Nacional pela Anulação da Reforma da Previdência, está sendo realizado um abaixo-assinado (disponível em nosso site). A campanha já está nas ruas e o prazo para coleta das assinaturas é até o dia 31/05. O Sindsef-SP está preparando um calendário para a coleta nos órgãos e participará das atividades promovidas pelo Fórum de Entidades do Funcionalismo de SP.

No dia 12 de junho será realizado um Ato Político Nacional quando as entidades farão a entrega dos abaixo-assinados no STF (Supremo Tribunal Federal).

Foto: Lara Tapeey



Em Ato conjunto no Dia dos Aposentados, Sindsef-SP, Sintrajud e Sinsprev exigem a anulação da reforma da previdência de 2003, aprovada com votos comprados pelo governo Lula.

Luta pela anulação da reforma da previdência!

Unidade de Ação



Entidades sindicais nacionais realizam reunião do "Espaço Unidade de Ação", em Brasília.

No dia 20 de março as entidades que compõem o Espaço Unidade de Ação, dentre elas a CSP-Conlutas e a Condsef, formalizaram na Secretaria Geral da Presidência da República um pedido de audiência com a presidenta Dilma para o mesmo dia da grande marcha em Brasília.

Na ocasião, os representantes sindicais aproveitaram para relatar a preocupação com o crescente assédio moral neste governo. Isso se traduz

no aumento dos Processos Administrativos (PAD's) abertos, dos quais diretores do Sindsef-SP já foram vítimas.

Recentemente, uma diretora chegou a ser punida com 30 dias de suspensão por questionar a ordem da chefia que a colocava em desvio de função. Também foram registradas demissões injustas em alguns estados. Esse é o momento dos trabalhadores se unirem para combater as injustiças.

Plenárias setoriais e CDE

Em março, assim como no mês anterior, foram realizadas pela Condsef seis plenárias setoriais e o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE). O Sindsef-SP, novamente, marcou presença nas atividades.

Reuniram-se em nível nacional os servidores administrativos do Ministério da Fazenda, do Trabalho e Emprego (MTE), da FUNAI, AGU, DPU e SPU. A dinâmica foi basicamente a mesma. Os delegados discutiram as pautas específicas dos segmentos e gerais do funcionalismo.

Nas Plenárias, foram referendadas as reivindicações prioritárias da Confederação: a extensão dos valores percentuais da Lei 12277 (tabela de remuneração dos servidores) para todos; implantação de gratificação de qualificação (GQ) para categorias que ainda não possuem; aposentadoria pela média dos últimos 60 meses; regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salários, com 12 horas diárias

para ampliar o atendimento à população; e paridade Salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.

Estão previstas para este mês, no dia 23, plenárias setoriais de outras quatorze categorias. Entre elas, as áreas do Meio Ambiente, da Cultura, Transportes (exceto o DNIT) e Educação, Ciência & Tecnologia, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Inmetro, Instituto Evandro Chagas (IEC), Fundacentro, Dnocs e Incra.

O CDE reforçou a participação da Condsef no calendário de atividades unificadas do próximo período, com destaque para a marcha no dia 24 de abril.

A expectativa é que o Fórum Nacional de Entidades do funcionalismo público, acompanhado pela força da mobilização, consiga uma audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Em fevereiro, quando a Campanha Salarial 2013 foi lançada, a ministra não recebeu a categoria, demonstrando mais um gesto de intransigência do governo Dilma.

As mulheres no setor público

Em 21 de fevereiro, o penúltimo CDE aprovou a proposta do Sindsef-SP de realizar um debate sobre o papel das mulheres no setor público marcando o Dia Internacional da Mulher. O debate aconteceu no dia 19 de março.

A coordenadora do Movimento Mulheres em Luta da CSP-Conlutas, Ana Pagamunici, e a representante da ONG Fêmea, Jolúzia Batista foram as palestrantes. A paridade entre homens e mulheres nas entidades de

classe, a necessidade de creche em período integral, o aumento da violência contra as mulheres foram os assuntos mais debatidos, de acordo com a diretora do Sindsef-SP, Liliane Nunes.

"O encontro serviu para chamar atenção de que o machismo existe no serviço público e também no meio sindical. As mulheres representam mais de 62% no setor, mas o número de participantes nos sindicatos não representa essa realidade", disse.



Encontro e debate sobre as mulheres no setor público, promovido pela Condsef, marcando o Dia Internacional da Mulher.



IBAMA

Servidores denunciam sucateamento e problemas estruturais na superintendência

Servidores do IBAMA/SP denunciam a falta de condições de trabalho e a falta de segurança no prédio da superintendência. As instalações apresentam rachaduras, vazamentos, infiltrações, ligações elétrica inadequadas, contaminação da água das torneiras, aparelhos de ar condicionado sem manutenção, entre outros.

Há cerca de um ano, o fluxo de água de parte do prédio foi interrompido para conter um vazamento. Conseqüentemente os banheiros deste mesmo lado foram interditados. A medida foi anunciada como emergencial, mas até o momento o problema não foi solucionado e em alguns andares, resta apenas um vaso sanitário para uso comum entre homens e mulheres.

Onde a água não foi cortada, os trabalhadores podem se contaminar devido à oxidação do sistema de encanamento que ainda é de metal. “Não tem nenhuma manutenção no



Assembleia dos servidores do Ibama.

prédio: nem elétrica, nem hidráulica, não tem o mínimo de condição trabalho”, observa um servidor durante uma assembleia.

Problemas na parte elétrica, somados ao armazenamento inadequado de papéis e outros materiais, expõem cotidianamente cerca de 100 trabalhadores – mais os usuários – a um risco iminente de incêndio.

E para piorar, o prédio não possui saídas de emergência, nem rotas de fuga devidamente sinalizadas e

nem escadas de incêndio. Tudo isso é agravado pela existência de bloqueadores de luz solar externos, que dificultam a saída em caso de um incêndio.

O sucateamento é resultado de inúmeros cortes no orçamento destinado aos órgãos da Administração Pública. Segundo divulgado no jornal Folha de São Paulo, o Ibama sofreu nos últimos cinco anos uma queda de 45% na verba destinada a investimentos - que inclui reformas

e manutenção: de R\$ 19,9 milhões (2007) para R\$ 10,9 milhões (2012).

Mesmo sem dinheiro para efetuar reformas urgentes que garantirão condições básicas de trabalho, em 2012 foram instalados equipamentos de custo elevadíssimo exclusivamente para controlar a jornada do servidor.

Em novembro, foi lançado no órgão o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), o objetivo é a implantação de ações que visam à melhoria de condições para o exercício das funções dos trabalhadores, cujos pontos importantes são infraestrutura, agenda de trabalho e gestão.

Desde então já se passaram 4 meses e nada foi feito. Nem um banheiro a mais, nenhuma movimentação que indique que alguma manutenção será realizada no prédio. Diante do agravamento da situação, que se arrasta há mais de um ano, os servidores cobram uma solução urgente para os problemas do prédio.

SPU

Categoria debate reestruturação, regulamentação da GDACE e perseguição

Servidores da SPU (Secretaria do Patrimônio da União) também realizaram plenária nacional em 18 de março, na Condsef. Os participantes identificaram e aprovaram quatorze pontos importantes para pauta especí-



Plenária setorial da SPU, na Condsef, em Brasília

fica da categoria.

A reestruturação do órgão com criação de um plano de cargos e salários é o carro chefe das reivindicações. Outro item é a regulamentação de Gratificação GDACE, compromisso assumido pelo Governo no termo de acordo da campanha salarial de 2012, para setembro passado, e até agora não cumprido.

Ainda foi constatado um grande índice de perseguição aos servidores que discordam da postura equivocada de alguns gestores. Este fato, somado à falta de perspectiva, colabora para os servidores abandonem a SPU, solicitando lotação em outros setores do serviço público.

A plenária, também aprovou uma nota repudiando a realização de Termos de Acordos de Cooperação Técnica usados para a contratação de terceirizados dos municípios, estados e outras esferas da administração Pública, acelerando o processo de desmonte do órgão.

Após o encontro os servidores se reuniram com a nova secretária da SPU, Cassandra Maroni Nunes, no cargo desde o início de 2013. A primeira reunião com a atual gestora serviu para apontarem os diversos problemas existentes na secretaria e abrir um canal de comunicação. Mas não resultou em nenhum avanço concreto até o momento.

IPEN

Eleições



Neste mês de abril, a Associação dos Servidores do IPEN realiza eleições para renovação da diretoria colegiada.

Inscrição de chapas:
Até 08/04/2013

Eleições:
15, 16 e 17/04/2013.

Local:
IPEN - Av. R, 400 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

FUNDACENTRO

Reenquadramento da GQ sai por pressão

Após a publicação do Decreto 7922, que regulamentou a GQ (Graatificação por Qualificação) em 18/02/2013, a Comissão Interna da Fundacentro recebeu, para avaliação, mais de 60 pedidos de reenquadramento na nova lei, emitidos por servidores em condições de receber GQ II e GQ III.

No final do mês de fevereiro, a avaliação foi encaminhada ao Departamento de RH da fundação que, até meados de março, permaneceu sem nenhuma providência.

Os servidores, preocupados com a demora, com a falta de informações e com a possibilidade dos pagamentos não saírem na folha de pagamento do mês de abril (a de março já estaria comprometida), entraram em contato com o SINDSEF-SP.

No dia 26 de março, através do Departamento de Imprensa, o SINDSEF-SP encaminhou e-mail para a Presidência e Departamento de Recursos Humanos da Fundacentro solicitando informações sobre os processos de reenquadramento.

Em resposta enviada algumas horas depois, a coordenadora de RH substituta informou que “encaminhou diretamente a Presidência os processos analisados pela Comissão Interna da Fundacentro CIF, bem como a minuta da portaria de concessão no dia 19/02 (retificada para o dia 6/3) e ainda não foram liberados, pois estavam aguardando uma análise cuidadosa, para evitar o risco de qualquer devolução

financeira no futuro”.

Essa informação causou estranheza, uma vez que coube à CIF, Comissão Interna da Fundacentro, fazer avaliação minuciosa, antes de encaminhar os processos até o final do mês de fevereiro ao RH. Além disso, pela data em que foram enviados à presidência (06/03) seria possível incluir os pagamentos retroativos na folha do mês de março, o que não ocorreu.

O SINDSEF-SP já estava preparando uma ação junto ao Departamento de RH quando as portarias foram, finalmente, assinadas no dia 28/03. Os presidentes da Fundacentro (titular e substituta) não explicaram o motivo pela demora na assinatura da portaria que poderia ter beneficiado mais de 50 servidores ainda no mês de março.

O descontentamento dos servidores da Fundacentro é geral e pôde ser constatado recentemente pela baixa adesão ao evento de integração organizado pela presidência. Cerca de trinta pessoas participaram, a maioria formada por terceirizados.

As constantes ausências do presidente titular e suas viagens a Brasília para resolver assuntos que não são de conhecimento público, são motivos de grande preocupação na casa. Vários processos ainda estão sob análise do Departamento de Recursos Humanos e a expectativa é que não seja necessária a intervenção do SINDSEF-SP para que os servidores recebam, o mais rápido possível, o que lhes é de direito.

MTE

Aumentam as denúncias de sucateamento e falta de servidores

É visível o esvaziamento e o sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego pelo país afora. O órgão está, literalmente, preparando-se para apagar as luzes. Em algumas agências o trabalho já é feito na penumbra ou com luzes compradas pelos próprios servidores.

A falta de estrutura dos prédios, a escassez de material de trabalho, a ausência de treinamento e, principalmente, a falta de servidores são problemas recorrentes nas superintendências por todo o Brasil.

A instalação do ponto eletrônico é mais um contrassenso. Enquanto máquinas caríssimas foram instaladas para controlar rigorosamente o tempo de trabalho dos servidores, o MTE – assim como a maioria dos órgãos públicos - cai aos pedaços.

Com tantos problemas, agravados com a falta de perspectiva de crescimento profissional, muitos servidores deixam o MTE. Quem já tem tempo para se aposen-



Setor de Seguro desemprego, na GRTE/Santos, trabalha na penumbra.

tar, pede a aposentadoria; enquanto outros tentam novos concursos ou mesmo pedem exoneração e vão procurar emprego no setor privado.

Em 21 de março, um dia antes de expirar o último concurso do órgão, foram convocados 101 excedentes. No entanto, o número é insuficiente para suprir o déficit de mão de obra existente no país. Somente neste ano, 2013, cerca de 200 servidores pediram exoneração, se aposentaram ou morreram.

DNPM

Transformação, ou não, do DNPM em Agência Reguladora?

A criação do novo marco regulatório da Mineração no Brasil resultará em importantes mudanças na política de administração dos recursos minerais do país. No entanto, o DNPM foi deixado de fora até os minutos finais deste debate.

Mas uma coisa é certa, a simples transformação do DNPM em agência

não garante os direitos dos trabalhadores. Porém, até aonde pode ir a participação dos servidores nessa discussão?

Buscando avançar no debate, a plenária setorial da Condsef aprovou a realização de um seminário nacional, precedido de encontros estaduais, visando apresentar, discutir e formatar propostas de reestruturação defendidas pelos servidores para construir um projeto com uma estrutura eficiente. O seminário, sem data definida ainda, também irá referendar a pauta específica da categoria.

Além disso, os servidores do DNPM de todo o Brasil foram unânimes em reivindicar os sindicatos gerais para acompanhar as demandas sindicais da Autarquia.



Servidores durante mobilização da campanha salarial 2012



DIRETORIA TOMA POSSE E REAFIRMA A UNIDADE

NA LUTA PELOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Um ato político oficializou a posse da diretoria colegiada do Sindsef-SP, biênio 2013-14. Em meio a um clima de alegria, descontração e companheirismo diferentes setores do funcionalismo saudaram a nova gestão. A cerimônia, realizada em 16 de março, expressou o avanço da unidade na luta pelos direitos da classe trabalhadora.

A atriz do Grupo de Teatro Santa Viscera, Graciane Pires, encenou o monólogo “Sempre aquela velha história...” abordando a opressão da mulher. A personagem navega por uma trajetória de submissão e dependência das imposições da sociedade machista até se conscientizar de sua situação. A apresentação foi uma homenagem ao Dia de Internacional de Luta da Mulher.

Na sequência, a secretária de formação do sindicato, Joselice Rocha, lembrou as lutas das mulheres do mundo. “Só tem uma forma de superarmos a opressão sofrida no nosso cotidiano: organizando e lutando. É por isso que o Sindsef-SP está constantemente presente nos locais de tra-



Gestão “Avançar na luta com renovação” toma posse.

balho, elegendo delegados de base, para que possamos superar todas as formas de machismo vividas pelas mulheres”.

Compuseram a mesa de saudação: o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela; o secretário geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço

Público Federal (Condsef), Josemilton Costa; a ex-secretária geral do Sindsef-SP, Beth Lima; a diretora do Sindsef-MG, Jussara Griffio; e o diretor do Sintsep-GO, Gilberto Gomes.

Sintrajud, Sinsprev-SP, Sindmetal-SJC e PSTU também enviaram representantes para atividade. Amanda Gurgel e Cleber Rabelo (vereadores do PSTU em Natal e Belém), além do Sintsep-CE e da Anasps, entre outras entidades, encaminharam mensagens parabenizando a nova diretoria. A ex-secretária de finanças, Claudine Gomes, enviou um vídeo de saudação.

Foram unânimes as intervenções em defesa da unidade. Beth Lima resgatou a trajetória do Sindsef-SP, que nasceu, em 1991, da necessidade de unidade entre os diferentes setores (Ex-LBA, Ex-DNER e Sintrago) na luta por suas reivindicações. “Nunca perdemos de vista a necessidade de unir e de fortalecer nossas lutas”, lembrou a ex-diretora do sindicato.

Josemilton Costa falou da disposição para enfrentar a dureza deste

governo autoritário e afirmou que a Condsef está ao lado da CSP-Conlutas nesta luta árdua, “estaremos juntos com aqueles que querem fazer a luta, estaremos juntos no dia 24 de abril em Brasília, ombreados com a CSP-Conlutas”, declarou.

Paulo Barela destacou a importância da política de renovação da diretoria do Sindsef-SP. “a renovação dos quadros daqueles que lutam precisa acontecer cotidianamente”, falou. Finalizou convocando a categoria para os enfrentamentos do próximo período “Nós temos uma tarefa importantíssima: anular a reforma roubada da previdência de 2003”.

Encerrando as saudações, o secretário geral, Carlos Daniel, refletiu sobre as inúmeras diferenças entre cada participante - “diferentes orientações sexuais, diferentes gêneros, diferentes etnias e diferentes origens”, mas lembrou da importância e do peso da classe trabalhadora. “O que nos une é muito maior do que o que nos separa”, afirmou.



Josemilton Costa, secretário geral da Condsef, faz uma saudação à nova diretoria do Sindsef-SP e aos presentes.